



Universidade de Brasília
Campus planaltina/FUP
Graduação em gestão do Agronegócio

RODRIGO DE ALECRIM FERREIRA

**PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM ASSENTAMENTOS
ATENDIDOS PELO PROJETO RADIS: CARLINDA, PINHEIRO
VELHO, SÃO PAULO.**

PLANALTINA/DF

2018

RODRIGO ALECRIM FERREIRA

Matrícula 13/0057878

**PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM ASSENTAMENTOS
ATENDIDOS PELO PROJETO RADIS: CARLINDA, PINHEIRO
VELHO, SÃO PAULO.**

Relatório final de Estágio Supervisionado
Obrigatório apresentado à Universidade
de Brasília, para obtenção do título de
bacharel em Gestão do Agronegócio.
Orientador: prof. Dr. Reinaldo Jose de
Miranda Filho

PLANALTINA/DF

2018

RESUMO

O trabalho foi um estudo da produção agropecuária em assentamentos de reforma agrária: Carlinda, Pinheiro Velho e São Paulo, localizados no município de Carlinda - MT. O objetivo do trabalho foi quantificar a produção vegetal e animal em assentamentos. Os dados utilizados para realização do trabalho foram fornecidos pela equipe do Projeto RADIS, esses dados foram coletados mediante a aplicação de questionários *in loco* e entrevistas com os assentados. Na metodologia, o trabalho tem caráter exploratório, também foi usado a pesquisa qualitativa e a bibliográfica para aprofundar no assunto. O trabalho traz informações preliminares, pois o processo de coleta do projeto de pesquisa está em andamento, o resultado são o gado de corte, com 14.376 cabeças e a produção de milho com 600.480 kg distribuídas nas áreas dos três assentamentos. O assentamento Carlinda possui as maiores produções tendo em vista que é o maior em área entre os três assentamentos analisados.

Palavras-chave: Assentamentos, Produção Agropecuária, Reforma Agrária.

LISTA DE ABREVIATURAS

FLONA - Floresta Nacional

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PA - Projeto de Assentamento Federal

PAC - Projeto de Assentamento Conjunto

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PAM - Projeto de Assentamento Municipal

PAR - Projeto de Assentamento Rápido

PC - Projeto de Colonização Oficial

PCA - Projeto de Assentamento Casulo

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PE - Projeto de Assentamento Estadual

PFP - Projeto de Assentamento Fundo de Pasto

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PRB - Reassentamento de Barragem

RADIS - Regularização Ambiental e Diagnóstico dos Sistemas Agrários dos assentamentos da Região Norte do Mato Grosso

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reservas Extrativistas

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1. Objetivo Geral.....	6
1.2. Objetivos Específicos.....	7
2. REFERENCIA TEORICO.....	7
2.1. Reforma agraria.....	7
2.2. Assentamentos de Reforma Agraria.....	9
3. METODOLOGIA.....	11
4. RESULTADOS.....	11
4.1. Projetos de Assentamentos.....	12
4.1.1. PAC Carlinda.....	12
4.1.2. PA Pinheiro Velho.....	14
4.1.3. PDS São Paulo.....	17
4.2. Produção Vegetal.....	20
4.3. Produção Animal.....	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25

1. INTRODUÇÃO

A questão fundiária vem desde 1530 com a coroa portuguesa distribuindo grandes glebas para quem quisesse cultivar, mas em troca eles dariam um sexto da produção. Em 1822, com a independência do país, a mudança do dono das terras se deu pela lei do mais forte, nessa época a violência era muito grande por não só envolvia trabalhadores, mas proprietários e grileiros juntos com bandos armados. No regime militar de 1964, foi iniciada a realização da reforma agrária no país como a criação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1994) pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do Ibra com o Inda. Em 1984, com o fim do regime militar, trouxe a reforma agrária como pauta de governo e foi instituído um novo Plano Nacional de Reforma Agrária que tinha como meta surreal de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhões de famílias até 1989. Em 1987, o Incra foi extinto passando a responsabilidade da reforma para o ministério da agricultura, mas dois anos depois recriou-se o Incra, mas a reforma agrária ficou paralisada por problemas orçamentários e político.

Para entender um pouco melhor sobre os assentamentos, é importante identificar quais as atividades desenvolvidas e suas produções agropecuárias. O trabalho busca identificar a produção animal e vegetal em três assentamentos do município de Carlinda/MT.

O trabalho foi compilado e desenvolvido junto com os dados fornecidos pela equipe do Projeto de RADIS, o projeto é uma parceria entre INCRA e Faculdade de Planaltina/UNB. O projeto tem como alguns objetivos: levantar dados e informações socioambientais dos ocupantes dos assentamentos para subsidiar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural-CAR; elaborar uma proposta que vise à recomposição, regeneração ou compensação nos lotes com Áreas de Preservação Permanente – APP ou reserva legal – RL degradadas; apoiar a identificação e implantação de modelos de exploração sustentáveis para os assentamentos da região do arco de desmatamento.

1.1. Objetivo geral

Quantificar a produção agropecuária em assentamentos da reforma agrária do município de Carlinda/MT.

1.2. Objetivos específicos

- Caracterizar os assentamentos;
- Identificar a produção agropecuária dos assentamentos;
- Quantificar a produção agropecuária em três assentamentos;

2. REVISAO BIBLIOGRAFIA

2.1. Reforma agraria

A reforma agraria é uma política pública, o estado determina como ele vai ser executada e por isso, o estatuto da terra (lei nº 4.504, de 30.11.64), define Reforma Agraria, em seu art. 1º, §, como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. ”

No Brasil, a reforma agraria implementada foi totalmente diferente da praticada no resto do mundo no século XX. A principal diferença da reforma agraria praticada no mundo para a brasileira é que a reforma agraria tem sido processo clássico de redistribuição de riquezas ao longo do tempo (CARTER, 2010). Como pode ver que a reforma agraria no Brasil não teve a intenção da distribuidora de riqueza, tão pouco, ela não desconcentrou o poder e a terra dos latifundiários. Os latifundiários brasileiros foram ganhando cada vez mais poder e terra por que a reforma agraria não tinha o intuito de tirar as regalias dos proprietários de terra. “Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora” (OLIVEIRA F., 2013, p. 63).

Para consolidar a hegemonia dos proprietários de terra existente no Brasil podemos verificar por meio do índice de Gini, esse índice normalmente mede a desigualdade de rendas, mas nesse caso foi utilizado para medir a concentração de terra, se o número ficar perto do 1, a grande porção de terra está nas mãos de poucos indivíduos, o referido índice permaneceu intacto, sendo em 1985 de 0,858; 0,857 em 1996 e no ano de 2006 permaneceu em 0,856 (IBGE, 2006), mesmo com a criação dos mais de 9 mil assentamentos rurais a concentração de terras ainda está numa minoria de proprietários.

Na Europa, segundo Oliveira (2013), a concentração de poder dos proprietários rurais bloqueava quaisquer avanços das forças de produção, por isso as quebras foram feitas

em todos os níveis e em todos planos, a consequência de atos foi a substituição dos proprietários de terras pelas novas classes burguesas industriais. A reforma agrária clássica tinha que sido implementada no Brasil nas primeiras execuções da política pública, poderia ter enfraquecido os grandes proprietários de terra que hoje tem muita influência no mercado e na política.

Para que essa situação mude no Brasil, a pauta por parte do governante tem que ser mudada e realizada porque parte dos assentamentos criados foram conseguidos por meios de lutas de terras, como invasão de terra sem uso, terras federais ou áreas de proteção, se não fosse esses situados os camponeses não conseguiriam um pedaço de terra, por isso o resultado direto do acesso à terra é segurança contrachocos nos preços dos alimentos, instabilidade cíclica da produção e do rendimento agrícola e situações adversas nos mercados de trabalho (LEITE e AVILA, 2007).

Segundo Sampaio (2004), a atual estrutura agrária “[...] nos impede de ser uma nação, [e isso] não é apenas um problema da pequena agricultura. Ela é um obstáculo para a conformação, consolidação e complementação da construção de uma nação republicana, democrática, autônoma, independente [...]”. A questão agrária não é só problema da sociedade rural, mas também das pessoas que vivem na cidade, a reforma agrária não é um processo que soluciona só os problemas do campo, mas ajuda nas soluções de alguns problemas ocorridos na cidade.

O grande problema que a cidade enfrenta atualmente é a grande concentração de pessoas nas grandes cidades causa do êxodo rural, que boa parte foi culpa de reforma agrária mal executada, fazendo os latifundiários se modernizarem e depois os camponeses perdem seus trabalhos por causa das maquinas modernas também uma conceituação e construção do estado que demonstra para a sociedade urbana moderna que o campo ou rural é uma forma inferior ou ultrapassada que deve ser superada pela indústria e pela cidade (PORTO-GONÇALVES, 2012). Para que a questão agrária ganhe a unificação do campo e da cidade, a visão da reforma agrária tem que ser modificada pela sociedade para ver a reforma agrária como um problema de todos.

Para que uma reforma agrária tenha um novo significado pela desapropriação social da natureza, segundo Carvalho (2013) “Isso exigirá considerar a natureza como portadora de direitos, negando as imposições ideológicas e econômicas do capital de considera-la apenas como mercadoria”. A reforma agrária tem como desafio tirar a ideia que a terra é um produto que pode ser usado até o seu limite produzido monoculturas, sem descanso da terra, uso de defensivos agrários e depois dessa intensa modificação são deixadas de lados por não exerce

sua função. “Pelo contrário, [a reforma agrária] é a afirmação da diversidade cultural (etnodiversidade), da agro biodiversidade e de uma ação antrópica que promova a natureza na sua totalidade” (CARVALHO, 2014). O assentamento é uma forma de trazer vida para aquela terra, as famílias assentadas produzem para seu autoconsumo e também trazem uma renda para sua família, as plantações utilizadas pelas famílias são variáveis para atenderem sua família ou comunidade.

2.2. Assentamentos de Reforma Agraria

A reforma agrária tem o principal objetivo como a distribuição de terra e uma forma que se concretiza a política é a criação de assentamentos rurais. Segundo o INCRA (2018) define assentamento rural como “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, onde existia originalmente um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.” Mas pode-se relacionar o assentamento como um espaço físico que pessoas iram morar e com o objetivo de produzir alimentos naquele espaço. Quando o trabalho rural consegue sua terra começa a disponibilizar a terra para o uso da terra, a entrada numa organização social por fazer parte do assentamento e entrando em vivência em comunidade. A maioria das pessoas usam a agricultura familiar para fortalecer e ampliar sua renda e faz grande parte das vidas dos assentados, a agricultura consiste na utilização direta da mão de obra familiar.

O início das criações dos assentamentos foi nas ocupações de terra que acontece desde de 1988, para resolver esse problema com as ocupações, os governos criaram 7.230 assentamentos rurais, mas a reforma agrária e os assentamentos foram muito conservadores na parte geografia, a política não atingiu as demandas que a reforma agrária precisava. Pode ser mostra que assentamentos criados pelo governo tem um caráter conservador com algumas evidências.

A primeira evidência do conservadorismo do governo é quando analisa o número de ocupações de terra e a criação dos assentamentos. Entre 1988 e 2006, 40% das pessoas que praticaram de ocupação foram assentadas no Norte, mas a ocupação no Norte só atingiu um percentual de 5% na região, na região centro oeste e nordeste os números de ocupação e assentados foram equilibrados e o Sudeste teve a situação inversa do Norte, muita ocupação e pouco pessoas assentadas.

Segundo Giraldi e Fernandes (2008), “os assentamentos podem ser criados a partir de terras desapropriadas, cujos proprietários são indenizados, reconhecimento de posses e projetos de conservação ambiental. ”

Os grupos de assentamentos rurais podem se classificar em duas formas: não reformados que são criados a partir de reconhecimento de posse, terras públicas, unidades de conservação e caráter ambiental e etc. Os assentamentos não reformados são: PFP: reconhecimento de terras e beneficiários; FLONA, PAE, PAF, PDS, RDS, RESEX: caráter ambiental, reconhecimento de terras e beneficiários; PAC, PC e PIC: projetos de colonização de novas áreas; PDA: colonização e titulação; PAR: titulação de posses; PRB: beneficiários e compensação de passivo social. Os reformados são criados a partir da desapropriação de terra e eles são: PA, PAM, PCA e PE.

As organizações da luta pela terra geram algumas modificações no território brasileiro através dos assentamentos rurais e eles são criando a partir de territórios caracterizados pela improdutividade e pelo abandono. Os assentamentos trazem grandes impactos para o território onde foi implementado, cria-se um lugar, uma região e uma rede de relações, quando eles são criados a sua repercussão vai tanto do ponto material como do ponto social, segundo Junior (2011):

O assentamento é um espaço remodelado, povoado ou repovoado, recortado e dividido. São construídas casas e estradas, realizam-se lavouras e criações, realizam-se também encontros e reuniões que resultam em formação política, ocorrem manifestações, reivindicações, conflitos internos e externos, com isso toda uma dimensão política e cultural brota do projeto de assentamento.

O assentamento tem um impacto imediato na retirada de terra dos grandes proprietários, esses impactos que os assentamentos criam podem variar dependendo da história da região e da luta pela terra, a quantidade de famílias, da produção e os trabalhos criados. Um impacto que afeta direta a família assentada é a possível produção de alimentos para autoconsumo e para a venda no mercado, pois essas famílias não tinham terra para produzir e mudanças vão além da produção como uma mudança no social dos assentados, segundo Bergamasco (1997):

Os assentamentos representam uma transformação no tipo de relações sociais nas quais estavam inseridas estas famílias; uma transformação na forma de uso da terra; uma transformação das práticas de produção agropecuária. Representam uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como um ponto de partida para a redefinição de um conjunto de outras práticas sociais.

O assentamento coloca as famílias numa situação de vivência em comunidade e insere em situações econômicas, políticas e sociais, a paisagem rural local é transformada pela troca de grandes áreas de plantão pela presença do assentamento.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo iremos informar quais os métodos foram utilizados para, primeiramente o relatório tem um caráter exploratório que segundo Gil (1999), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação do problema mais preciso ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”

As principais informações para realização desse trabalho foram organizadas a partir de dados, preliminares, fornecidos pela equipe do projeto de Radis, que junto com INCRA fazem um levantamento de dados socioambientais e agropecuários em assentamentos da Região Norte do Mato Grosso. Os dados são de três assentamentos localizados no município de Carlinda/MT que são: PAC Carlinda, PA Pinheiro Velho, PDS São Paulo.

Para entender melhor o dado coletado pelo projeto foi utilizado a pesquisa qualitativa que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para auxiliar no embasamento teórico, feito para melhorar o entendimento do assunto pesquisado e principais fontes de pesquisas foram sites governamentais, como: INCRA, IBGE e outros artigos científicos foram pesquisados. Assim, segundo Koche Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

4. RESULTADOS

4.1. Projetos de Assentamentos

4.1.1. PAC Carlinda

O Projeto de Assentamentos Conjuntos (PAC) Carlinda era inicialmente parte do município de Alta Floresta e posteriormente integrando o município de Carlinda. Foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em fevereiro de 1981 por meio de arrecadação de terras.

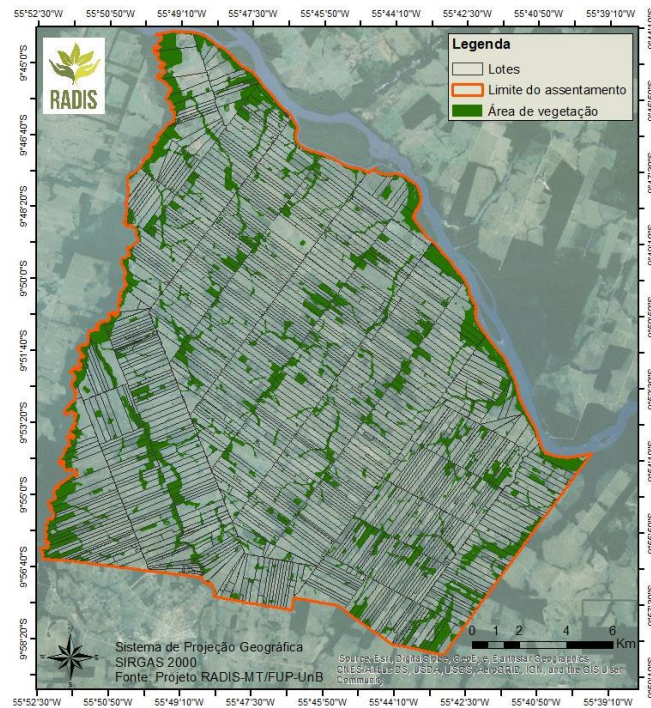


Figura 1. Mapa do PAC Carlinda
Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

O PAC Carlinda é o maior assentamento do município de Carlinda com uma área de 34.946,36 hectares, dessa área do assentamento tem maior parcela correspondente a áreas desmatadas com 28.941,35 hectares (82,81%) e 80,82% das áreas consolidadas são áreas desmatadas até junho de 2008 e outros 1,89% ocorreu entre junho de 2008 e o ano de 2016. A vegetação nativa dos assentamentos corresponde a 5.687,30 hectares (16,27%) e menos de 1% da área representam os corpos d'água, infraestrutura, pousio e afloramento rochoso.

PAC Carlinda		
Dados SIPRA	Capacidade de famílias no assentamento	1.386
	Famílias beneficiárias	1.303
Dados RADIS	Lotes no assentamento	1.008
	Lotes de famílias beneficiárias	312
	Lotes de famílias não-beneficiárias	606
	Lotes sem identificação das famílias ocupantes	90

Tabela 1. Relação do número de famílias/lotes de dados SIPRA e RADIS no PAC Carlinda.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

Por meio do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), o INCRA mostra a capacidade de famílias que podem morar nos assentamentos, que é 1386 famílias, mas só 1303 famílias foram beneficiadas. O Projeto Radis fez a coleta de dados para atualizar os dados, foi constatado que o número de lotes no assentamento é de 1008 lotes, parte dos lotes são de famílias beneficiárias que corresponde a 312 famílias, também tem lotes de famílias não beneficiárias que é de 606 famílias.



Figura 2. Ocupação principal dos assentados (as) do PAC Carlinda.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

A principal ocupação identificada dos assentados é de agricultores (60%), seguido de estudantes (17,71%), pecuaristas (11,59%), professores (1,91%), funcionários públicos (1,02%), além de artesãos, comerciantes, trabalhadores da construção civil, terceirizados, motoristas e outros, que juntos somam 7,77%

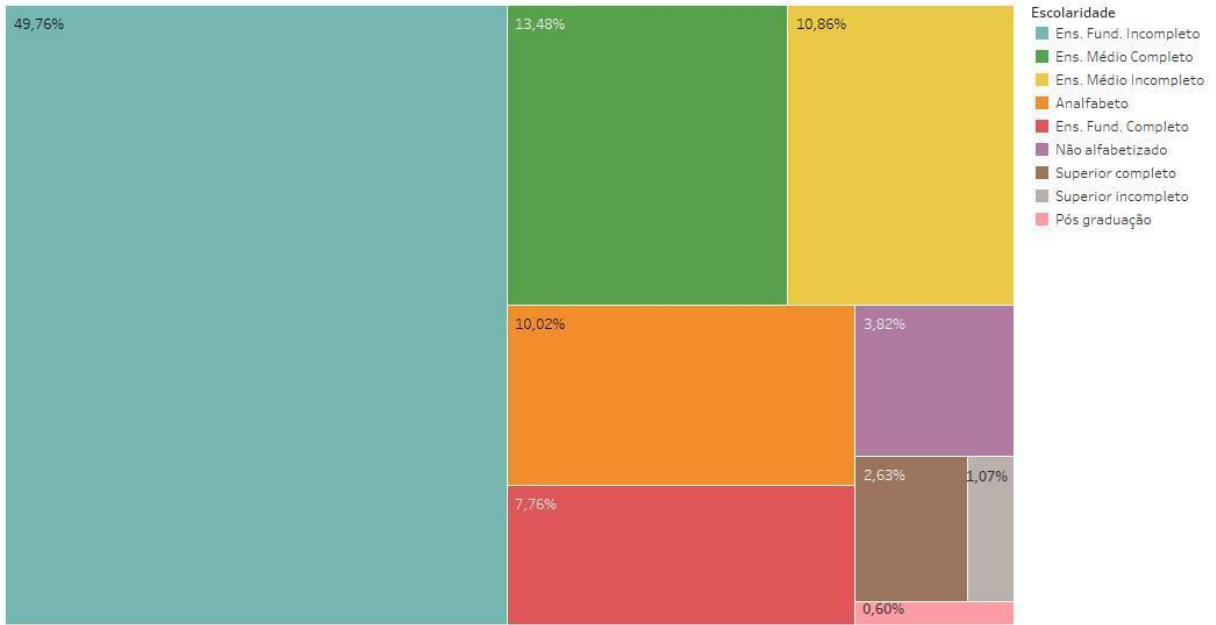


Figura 3. Escolaridade (%) dos assentados (as) do PAC Carlinda.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

A escolaridade dos membros do assentamento varia de não alfabetizado a pós-graduação. A maioria dos assentamentos não concluíram o ensino médio como 50% do total, seguindo de ensino maio completo (13,48%), analfabeto (10,86%), ensino fundamental completo (7,76%), não alfabetizado (3,82%), superior completo (2,63%), superior incompleto (1,07%) e pós-graduação (0,60%).

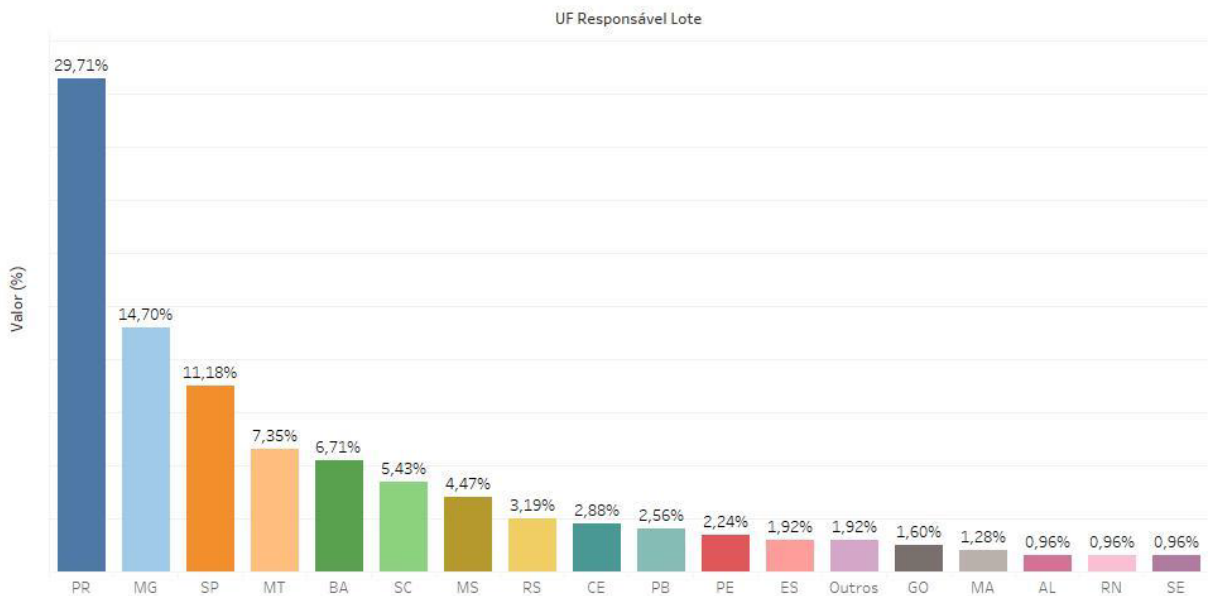


Figura 5. Estado (UF) de origem dos responsáveis pelos lotes do PAC Carlinda.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

O PAC Carlinda tem a maior variedade de assentados que são de outros estados, o estado de origem que mais destaca é o Paraná (29,71%), depois vem o estado de Minas Gerais (14,7%), São Paulo (11,18%), Mato Grosso (7,35%), Bahia (6,71%), Santa Catarina (5,43%) e também tem outros estados, como: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Ceara, Paraíba, Pernambuco, Espírito do Santo, Goiás, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe

4.1.2. PA Pinheiro Velho

O Projeto de Assentamento (PA) Pinheiro Velho foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio da desapropriação de terras em dezembro de 2006.

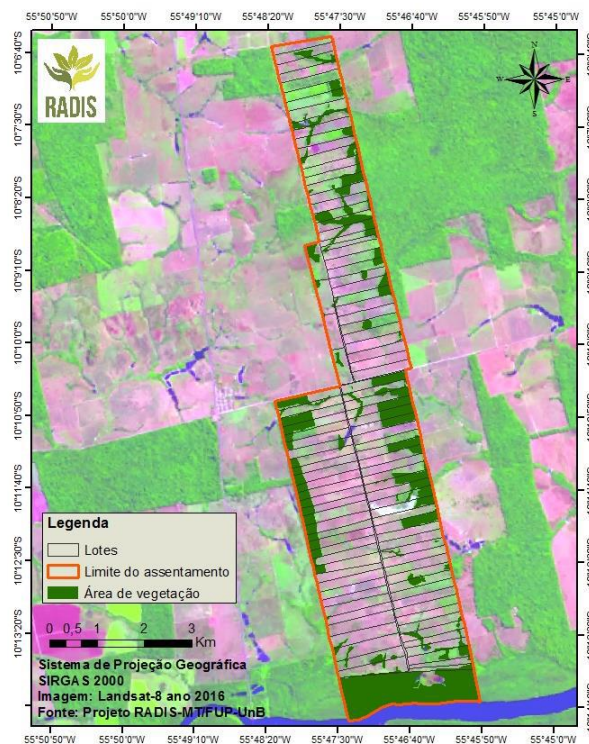


Figura 2. Mapa do PA Pinheiro Velho
Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

PA Pinheiro Velho possui uma área total de 2.986,12 hectares e a maioria dessa área corresponde ao desmatamento, possuindo uma área de 2.313,78 hectares (77,42%) desmatada, dessas áreas 48,89% foram desmatadas no assentamento até julho de 2008 e outros 29,53% ocorreu entre junho de 2008 e o ano de 2016. A vegetação nativa do assentamento

contabiliza-se em 643,20 hectares correspondendo a 21,54% da área e os menos 2% do total corresponde a áreas de infraestrutura e corpos d'água.

PA Pinheiro Velho		
Dados SIPRA	Capacidade de famílias no assentamento	68
	Famílias beneficiárias	68
Dados RADIS	Lotes no assentamento	110
	Lotes de famílias beneficiárias	28
	Lotes de famílias não-beneficiárias	81
	Lotes sem identificação das famílias ocupantes	1

Tabela 1. Relação do número de famílias/lotes de dados SIPRA e RADIS no PDS São Paulo.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

Por meio do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), o INCRA mostra a capacidade de famílias que podem morar nos assentamentos, que é 68 famílias e todas as famílias foram beneficiadas. O Projeto Radis fez a coleta de dados para atualizar os dados, foi constatado que o número de lotes no assentamento é de 110 lotes, parte dos lotes são de famílias beneficiarias que corresponde a 28 famílias, também tem lotes de famílias não beneficiarias que é de 81 famílias.

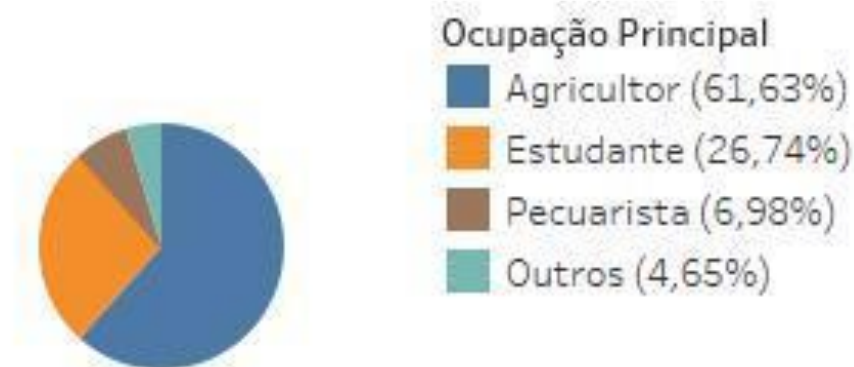


Figura 2. Ocupação principal dos assentados (as) do PA Pinheiro Velho.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

A principal ocupação identificada dos assentados é de agricultores (61,63%), seguido de estudantes (26,74%), pecuarista (6,98%) e além de motoristas, trabalhadores da construção civil e outros, que juntos somam 4,65% (5%).

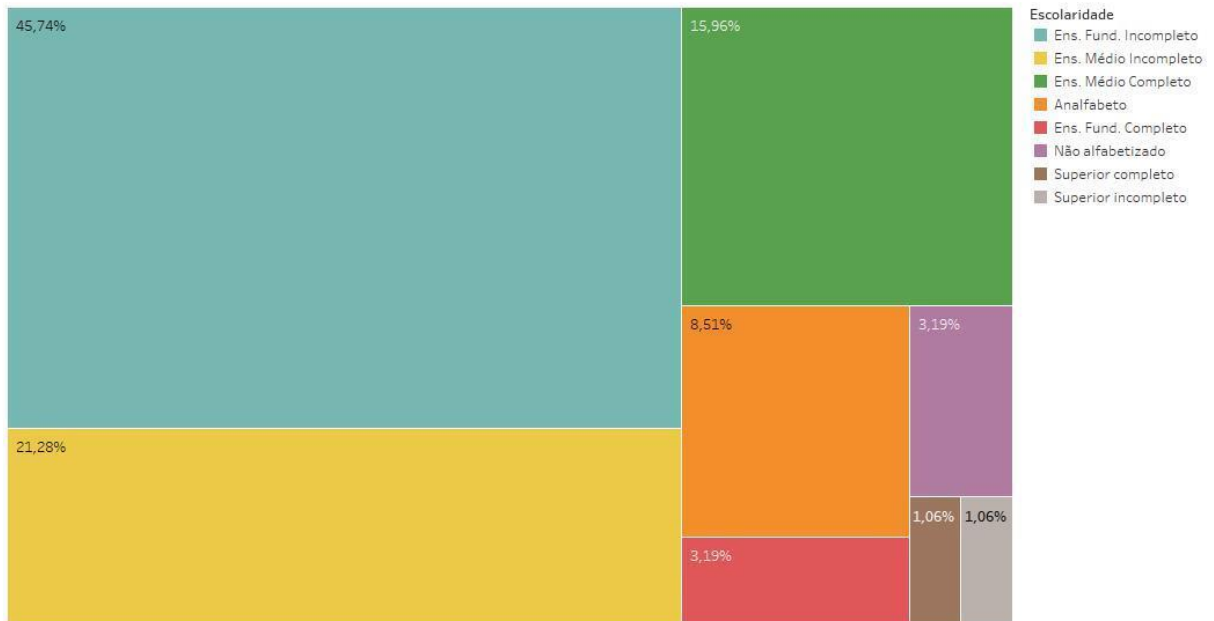


Figura 3. Escolaridade (%) dos assentados (as) do PA Pinheiro Velho.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

A escolaridade dos membros do assentamento varia de não alfabetizado a superior completo. A maioria dos assentamentos não concluíram o ensino fundamental como 45,74% do total, seguindo de ensino médio incompleto (21,28%), ensino médio completo (15,96%), analfabeto (8,51%), ensino fundamental completo (3,19%), não alfabetizado (3,19%), superior completo (1,06%) e superior incompleto (1,06%).

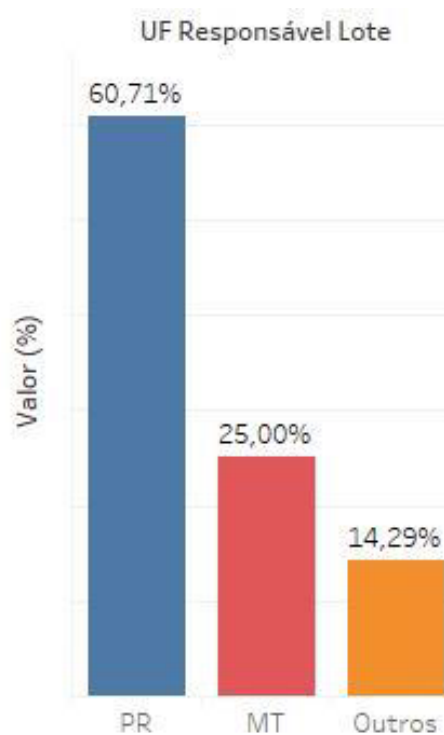


Figura 5. Estado (UF) de origem dos responsáveis pelos lotes do PA Pinheiro Velho.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

Os estados de origem dos assentados que se destacam são o Paraná (60,71%) e na sequência estão os estados do Mato Grosso (25%). Os outros estados são Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pernambuco somam 14,29%.

- **PDS São Paulo**

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) São Paulo é o mais diferente assentamento do município de Carlinda, ele é um assentamento verde, onde tem a proposta de desenvolver e praticar atividades sustentáveis com as famílias assentadas. Ele foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio da desapropriação de terras em março de 2012 e tornou-se um dos três assentamentos federais do município de Carlinda.

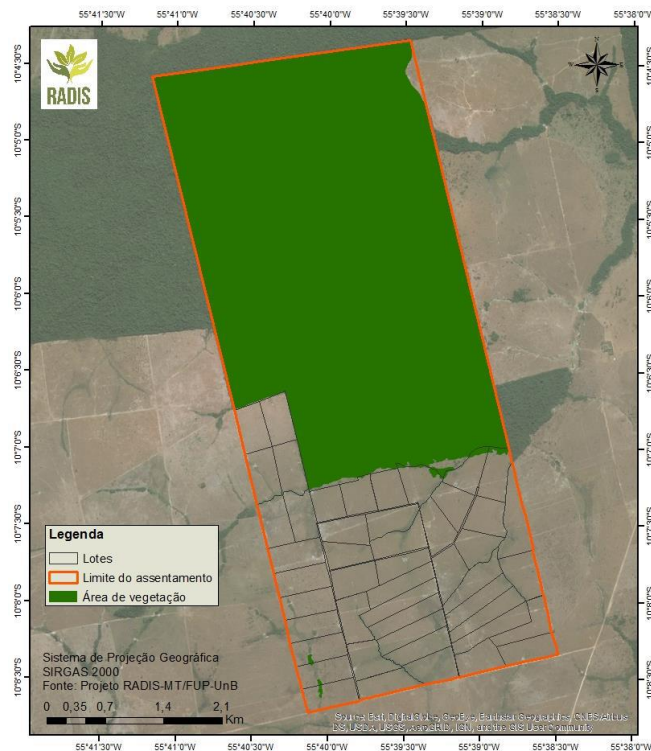


Figura 3. Mapa do PDS São Paulo.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

O PDS São Paulo possui uma área total de 2.390,07 hectares, como ele é um assentamento com desenvolvimento de atividades sustentáveis, possui uma área de vegetação

nativa de 1.511,69 hectares (63,25%). A área desmatada até julho de 2008 foi 36,70% (872,78 ha) e menos 1% do total corresponde a áreas de infraestrutura e corpos d'água.

PDS São Paulo		
Dados SIPRA	Capacidade de famílias no assentamento	48
	Famílias beneficiárias	47
Dados RADIS	Lotes no assentamento	48
	Lotes de famílias beneficiárias	40
	Lotes de famílias não-beneficiárias	7
	Lotes sem identificação das famílias ocupantes	1

Tabela 1. Relação do número de famílias/lotes de dados SIPRA e RADIS no PDS São Paulo.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

Por meio do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), o INCRA mostra a capacidade de famílias que podem morar nos assentamentos, que é 48 famílias e 47 foram beneficiadas. O Projeto Radis fez a coleta de dados para atualizar e expandir os dados, foi constatado que o número de lotes no assentamento é de 48 lotes, parte dos lotes são de famílias beneficiárias que corresponde a 40 famílias, também tem lotes de famílias não beneficiárias que é de 7 famílias.



Figura 2. Ocupação principal dos assentados (as) do PDS São Paulo.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

A principal ocupação identificada dos assentados é de agricultores (61,63%), seguido de estudantes (26,74%), professores (2,17%), além de outras ocupações, que juntas somam 5,43%.

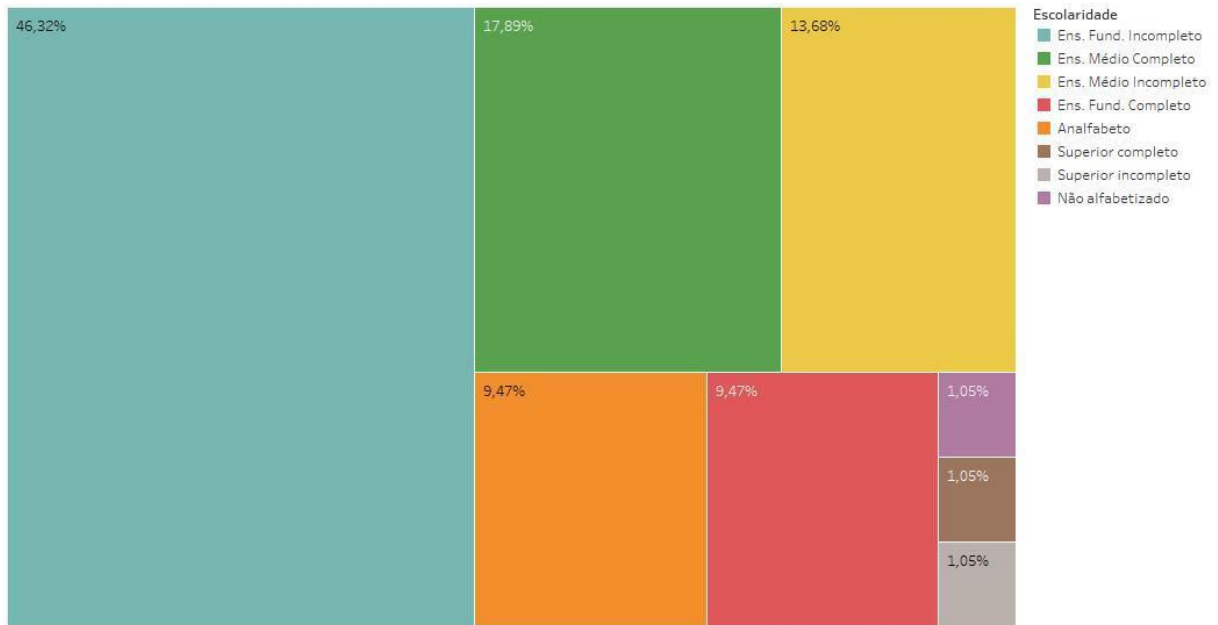


Figura 3. Escolaridade (%) dos assentados (as) do PDS São Paulo.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

A escolaridade dos membros do assentamento varia de não alfabetizado a superior completo. A maioria dos assentamentos não concluíram o ensino fundamental como 46,32% do total, seguindo de ensino completo (17,89%), ensino médio incompleto (13,68%), ensino fundamental completo (9,47%), analfabeto (9,47%), superior completo (1,05%), superior incompleto (1,05%) e não alfabetizado (1,05%)

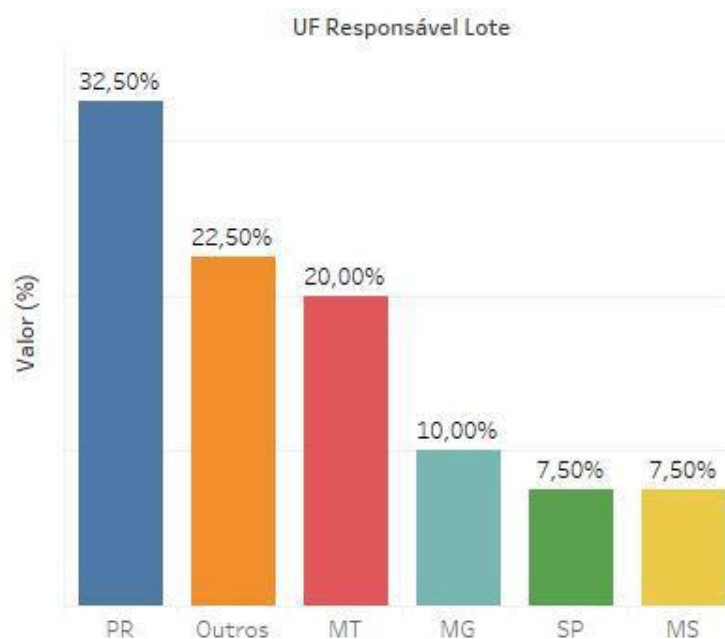


Figura 5. Estado (UF) de origem dos responsáveis pelos lotes do PDS São Paulo.

Fonte: Radis-MT/FUP-Unb.

O Paraná é o estado de origem dos assentados onde tem mais assentados com 32,50% do total, depois vem os estados do Mato Grosso (20%), Minas Gerais (10%), Mato Grosso do Sul e São Paulo com 7,5% cada. Os outros 22,5% são a soma dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

4.2. Produção dos assentamentos

4.2.1. Vegetal

- **Milho**

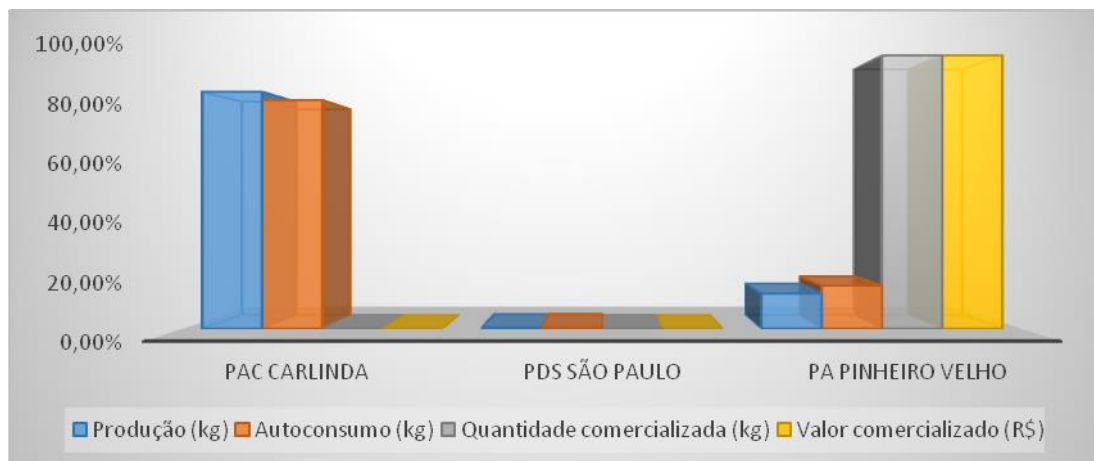


Gráfico: Produção de milho nos assentamentos

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

O PAC Carlinda tem a maior produção de milho entre os assentamentos com uma produção de 520.980 kg de milho, 400.980 kg são para autoconsumo e os 120.000 kg restantes não foram declarados na pesquisa. O PA Pinheiro Velho produz 77.100 kg de milho, comercializado 1.600 kg, enquanto 75.500 kg são utilizados para consumo.

O grande consumo de milho por parte dos assentamentos se dá pela criação de gado de corte e de leite que é expressivo nos três assentamentos. Pois, a alimentação dos gados alimentação dos gados são os grãos de milho triturado, essa alimentação é o concentrado energético mais utilizado para nutrição animal em todo o país.

- **Cana de açúcar**

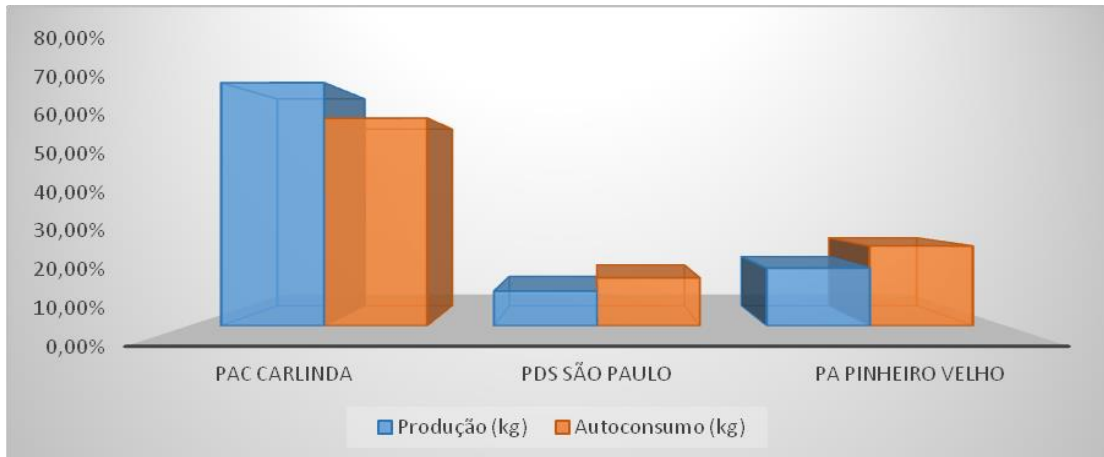


Gráfico: Produção de cana-de-açúcar nos assentamentos

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Na produção de cana de açúcar, os assentamentos produzem 290.240 kg de cana no total. Sendo a maior produção é em Carlinda, com 210.240 kg, seguido pelo PA Pinheiro Velho com 50.000 kg e depois pelo PDS São Paulo, com 30.000 kg produzidos.

A cana de açúcar é destinada para o próprio consumo dos assentados estudados, o PA Pinheiro Velho e PDS São Paulo não comercializam a sua produção, mas o PAC Carlinda só consumo 129.920 kg de cana e os outros 80.320 kg são foram explicados se foram ou não comercializados.

- **Maracujá**

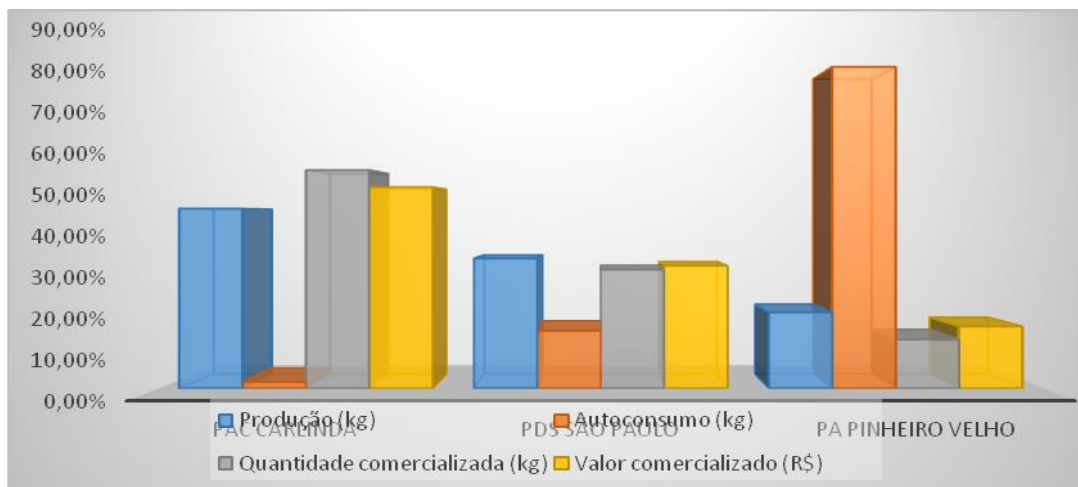


Gráfico: Produção de maracujá nos assentamentos

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

O gráfico mostra que a sua produção de maracujá do PAC Carlinda é volta para a comercializado, produzindo 110.610 kg, desta produção são destinado 110.310 kg para comercializar e 300 kg para autoconsumo. O PDS São Paulo não fica para trás no gráfico, ele produz 80.000 kg de maracujá e desses 77.300 kg vão para comercialização e 2.700 kg para o consumo próprio.

- **Mandioca**

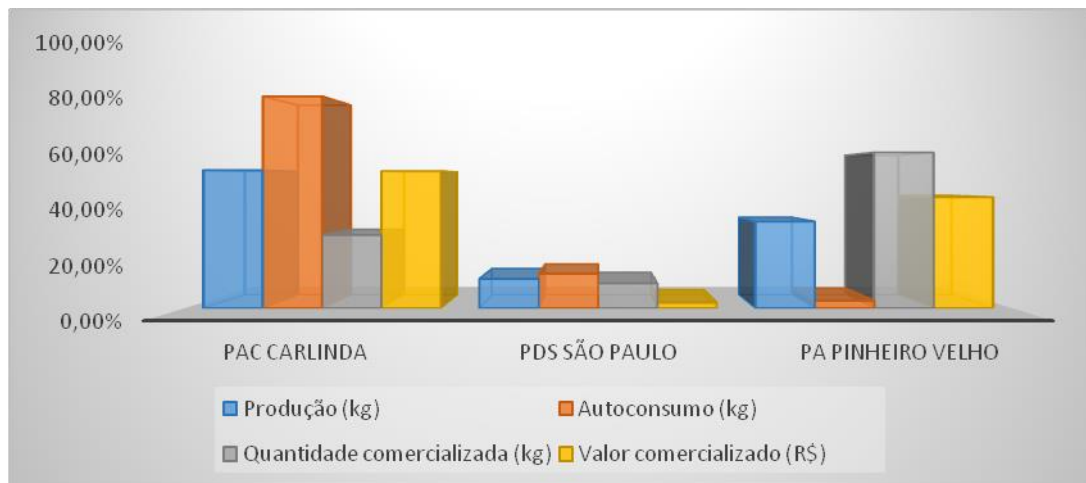


Gráfico: Produção de mandioca nos assentamentos

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

O PAC Carlinda é o que produz mais mandioca, contendo 83.310 kg de mandioca, e representa 54,31% do total produzido. O PA que produz menos é o São Paulo, com 17.000 kg, representado 11,58% do total. O assentamento comercializa 81.500 kg de mandioca, com um rendimento de comercialização de 148.646 reais.

A produção da mandioca de todos os assentamentos que são destinados ao consumo próprio, é de 71.350 kg. O PA Pinheiro Velho produz 3% da mandioca, o PDS São Paulo produz 13,59% e o PAC Carlinda produz 83,41%.

4.2.2. Animal

- **Bovino de corte**

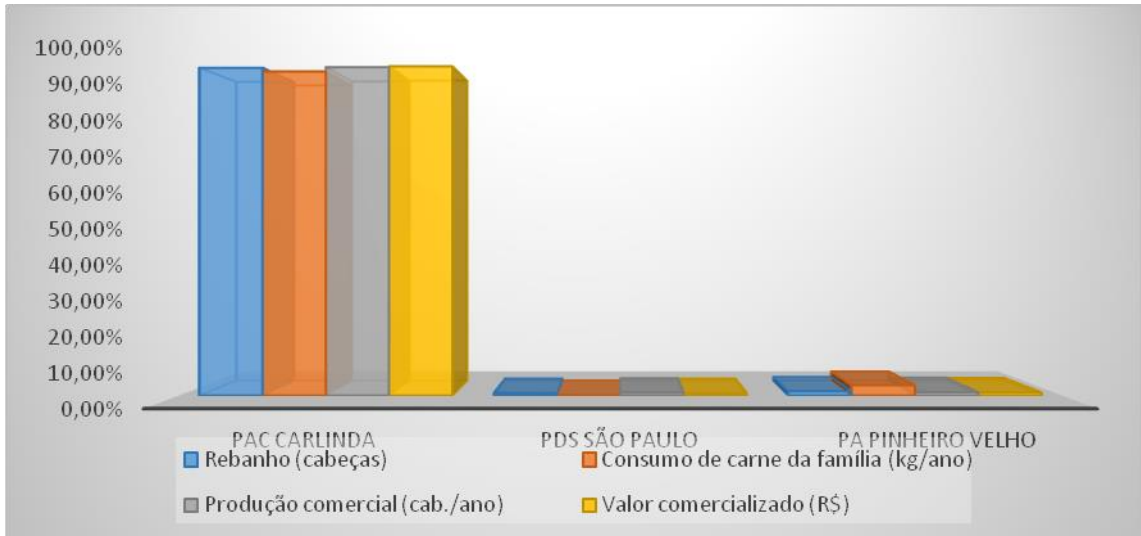


Gráfico: Produção de bovino de corte nos assentamentos

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

O número total de cabeças de gados é de 14.376 cabeças que são voltadas para gado de corte, o PAC Carlinda tem o maior rebanho de gados com 14.082 cabeças, o PA Pinheiro velho tem um rebanho de 187 cabeças e o PDS São Paulo tem 107 cabeças. A produção total de carne bovina é 37 mil kg que são produzidos para o autoconsumo. A produção comercial dos assentamentos é 4.093 cabeças ao ano.

• Bovino de leite

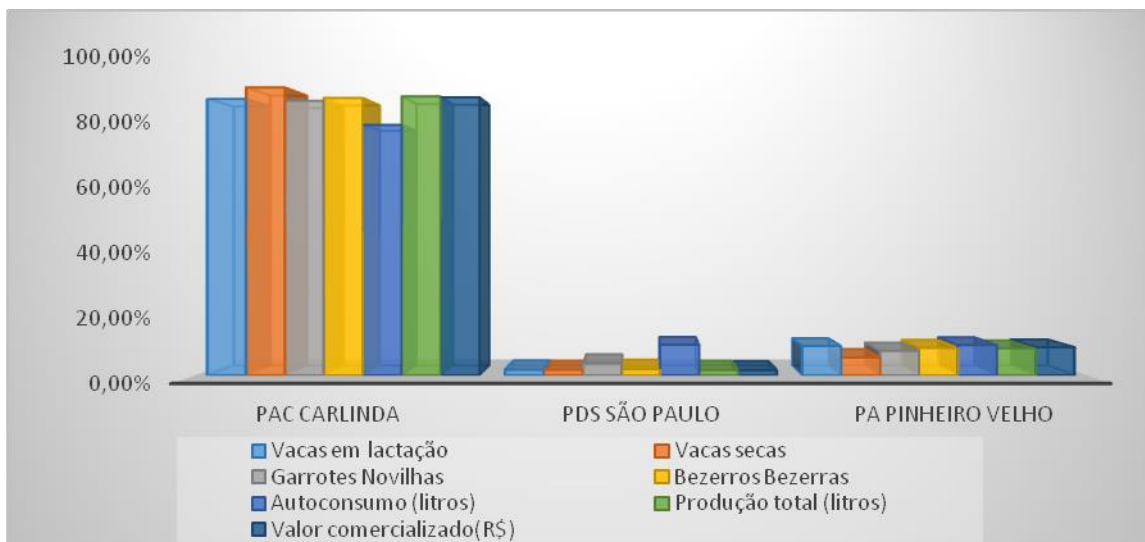


Gráfico: Produção de bovino de leite nos assentamentos

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Pode-se ver uma predominância do PAC Carlinda na produção de bovinos em geral e também fica claro quando analisamos o gráfico acima, onde ele possui a maioria de cabeças de gados de leite e também é o que mais produz e comercializa leite.

A quantidade de leite produzido pelos assentados é de 3.667.332 litros, sendo 111.816 litros são destinadas para o consumo próprio. O total arrecadado com a comercialização do leite é de 3.352.917,20 reais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho possibilitou a identificação das principais produções nos assentamentos localizado no município de Carlinda ficando claro com os dados levantados que a produção tem uma grande variedade de culturas,

O grande destaque do PAC Carlinda é a grande área do assentamento, com uma área de 34.946,36 hectares e a grande área tem um impacto na produção, pois o assentamento comparado com outros tem uma produtividade enorme, tendo um rebanho de 14.082 cabeças. O PDS São Paulo tem 107 cabeças e o PA Pinheiro velho tem 187 cabeças. A produção é grande parte destinadas para autoconsumo, mas também tem a comercialização deles, o que mais destaca na comercialização foi o gado de corte que teve uma arrecadação de 4.412.697 reais.

Na produção de vegetais, percebe que alguns produtos agrícolas são destinados totalmente para autoconsumo e outros produtos agrícolas foram utilizados para consumo próprio e comercialização. O produto agrícola mais produzido foi o milho com 600.480 kg, mas o produto mais rentável foi o maracujá com 275.215 reais.

Os assentamentos Pinheiro velho e São Paulo são assentamentos relativamente novos em relação a Carlinda, esses novos assentamentos tem a oportunidade de investir mais tempo e recursos para a ampliação das suas produções, gerando mais renda para os assentados.

O trabalho conseguiu um resultado satisfatório e adequado dentro dos esperados, e o objetivo de comparar as principais produções dos assentamentos foi alcançado pela realização de trabalho.

REFERENCIAS

- BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, 1997.
- CARTER, Miguel. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.
- CARVALHO, Horácio Martins de. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais. In. *ABRA. Questão agrária e desigualdades no Brasil. Reforma Agrária*, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.
- CARVALHO, Horácio Martins de. Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil. In. *A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GIL, A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- FALEIRO, Fábio Gelape; JUNQUEIRA, Nilton Tadeu Vilela. *Maracujá: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Brasília, DF: Embrapa, 2016. 341 p.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEITE, S. P.; AVILA, R. V. de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 45, n. 3, p. 523-551, set. 2007.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO NORTE DO MATO GROSSO. Disponível em: <<http://projektoradisunb.com.br/projeto.php>>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 329-334.
- TINOCO, S.T.J. *Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica*. 2008.
- BRASIL. Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em 5 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (Brasil). Evolução do Índice de Gini, segundo as Unidades da Federação - 1985/2006. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/tab_brasil/tab10.pdf . Acesso em: 1 de nov. 2018

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento> . Acesso em: 25 set. 2018.